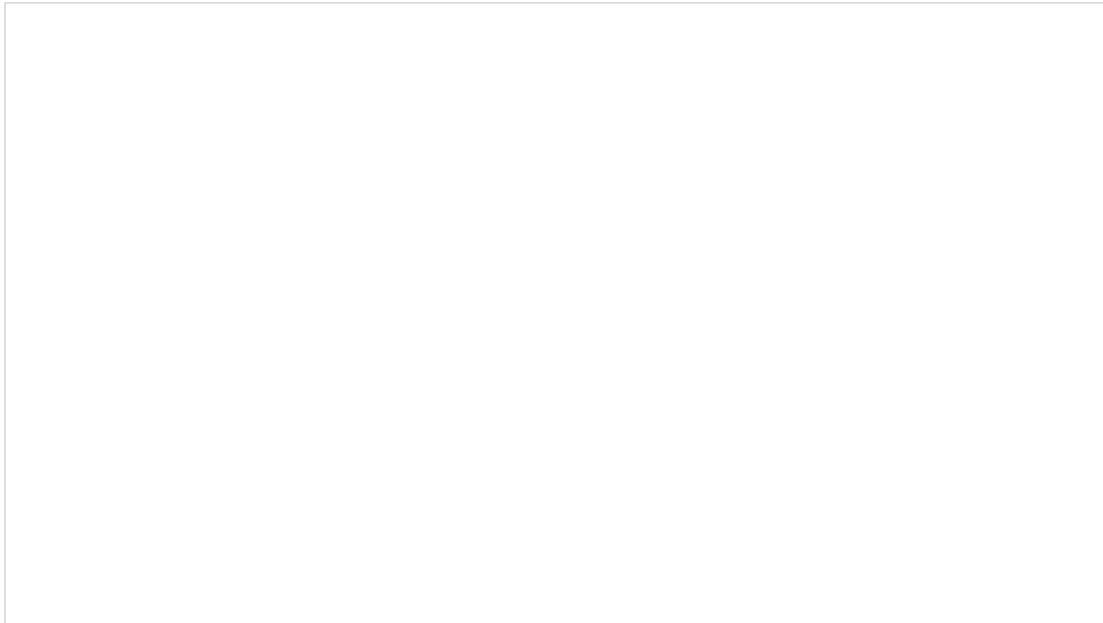


27/11/2015 16:44 - Artigo: Uma incestuosa relação



Plenário do Senado Federal em Brasília Foto: Sergio Lima/Folha Imagem/VEJA

Esta semana tivemos mais uma notícia aterradora vinda da política brasileira, a inédita prisão de um senador da república em pleno exercício de mandato e de um banqueiro bilionário com grande expertise no mercado financeiro. No primeiro momento poderíamos pensar que estão em campos opostos, um na área pública e outro na área privada, entretanto existem diversas ligações entre essas duas áreas aparentemente distintas, principalmente no caso do Estado Brasileiro que possui atributos como imenso orçamento público, regulações extremas e propriedade de diversas empresas estatais que acabam facilitando uma incestuosa relação entre público e privado.

Nesta promíscua relação, os agentes políticos que deveriam zelar pelo bem estar público, acabam utilizando de suas prerrogativas constitucionais para negociar facilidades em regulamentações e intermediar contratos de empresas estatais, fazendo uma parceria concedida e nefasta com agentes privados que estão dispostos a pagar por estes acordos. Claro que não podemos generalizar e acusar todos os políticos e empresários do Brasil de cometerem tais crimes, pois o ponto em discussão deve ser o fator gerador, ou seja, quanto mais recursos nas “mãos” do Estado Brasileiro maiores são as chances de corrupção.

E no Brasil este tipo de relação ocorre desde os tempos de colônia, quando alguns são escolhidos em detrimento da grande maioria, bem exemplificada na frase “Aos amigos do rei as benesses da lei, aos inimigos os rigores da lei”, tal status quo diverge completamente do pensamento de livre mercado que busca a igualdade de oportunidade, ampla e irrestrita, tanto ao pequeno e ao grande empreendedor. E esta relação prejudica demasiadamente os brasileiros, pois acabam pagando através de impostos os prejuízos da corrupção e más gestões das empresas estatais e ainda adquire produtos de baixa qualidade e de alto preço devido à baixa concorrência e produtividade das empresas privadas com a falácia governamental de proteger empresas nacionais através dos excessos de regulamentações.

A Polícia Federal estima, que o prejuízo com corrupção da empresa estatal Petrobrás, deva passar dos R\$ 42 bilhões e nós pagamos a corrupção através de aumentos sucessivos de combustíveis e de aporte do Tesouro Nacional que é irrigado pelos impostos que pagamos, ou seja, pagaremos de duas formas pela corrupção que não fizemos e fica a pergunta: realmente o petróleo é nosso? Os excessos de regulamentações nos setores de telefonia e de aviação civil buscam melhores serviços aos usuários conforme informa o Governo, mas estranhamente acabam diminuindo a concorrência e permitindo que somente algumas empresas possam atuar nestas áreas, portanto nestas condições o usuário não será beneficiado com melhores serviços, pois o mercado está legalmente cartelizado e fica a pergunta: a intenção é realmente beneficiar o usuário?

O Setor Público e Privado devem buscar serem parceiros, mas cada um em sua área de atuação, sem querer avançar sobre a área do outro, somente assim teremos benefícios reais para a população. O Setor Privado não deve pedir benefícios individuais ou setoriais, pois somente alguns serão beneficiados, devem defender um estado com menos regulamentações, que dê sanidade aos diversos Códigos existentes e que diminua o escopo de atuação. E o Setor Público não deve dificultar para facilitar, entender que não possui respostas para todas as perguntas do Universo e que somente com a diminuição das suas atribuições é que resultará em um ambiente propício a geração de riqueza e de serviços, melhorando o padrão de vida dos brasileiros e consequentemente de toda a sociedade.

Fonte: Igor Triverio

Notícias RO